

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Estímulos paliativos não vão ajudar o Brasil a crescer (Artigo)..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Sindicato de auditores pode ir à Justiça contra isenção de imposto ampliada para pastores
..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado Livre anuncia criptomoeda própria..... 6

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cigarros eletrônicos: PF e Receita se unem..... 7

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Critérios estabelecidos para a transação tributária (Artigo)..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Supremo decide aplicar nova lei em casos de improbidade em andamento..... 9

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF - BAND NEWS BOM DIA
SEGURIDADE SOCIAL

PF faz operação no DF e em 3 estados contra fraudes no INSS..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente do Banco Central diz que não aceitaria 2º mandato em 2024..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Firjan apresenta propostas a candidatos e prevê PIB até US\$ 1 tri maior em 2027..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Valor' lança plataforma de análise fiscal..... 15

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro não avançou nas reformas e ainda desmoralizou o teto de gastos..... 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mansueto Almeida admite licença para gastar em 2023, mas pequena..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ciro se compromete a reformular a CLT..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet contra a reeleição..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC otimista com emprego	21
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Sobre a tabela de Imposto de Renda - NELSON BARBOSA	22
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A falsa "guerra santa" de 2018 em 2022 - ELIANE CANTANHÊDE	23
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Executivo de Trump confessa fraudes fiscais	24
O GLOBO - RJ - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PIB poderia chegar a US\$ 2,8 tri até 2027	25
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
'Mais pobres perderam estratégias de sobrevivência'	26
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Bolsonaro se move (Editorial)	27
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
O equilíbrio essencial à democracia (Artigo)	28

Estímulos paliativos não vão ajudar o Brasil a crescer (Artigo)

LUIZ ANTÔNIO FRANÇA - Presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)

A crise econômica gerada pela pandemia trouxe inúmeros desafios que precisam ser superados por meio de medidas que estimulem o crescimento e a produtividade em diferentes setores de forma sustentada. A descapitalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não vai nos ajudar nessa jornada. Em nome de um benefício voltado a parcela reduzida da população, os saques ao fundo podem comprometer investimentos importantes, que exigem grandes montantes e impactam significativamente a qualidade de vida de inúmeras pessoas, com obras de saneamento básico, habitação popular, mobilidade e saúde.

Um movimento de bondade equivocado. Na prática, a criação de novas modalidades de saques favorece justamente uma pequena parcela da população, os mais ricos, em detrimento de uma grande maioria que se beneficia das políticas sociais viabilizadas pelo fundo. Apenas 13% dos cotistas detêm 80% dos saldos. Em outra análise, ainda mais incômoda - os cotistas com renda mensal acima de 20 salários mínimos concentram 53% do montante total. Não estamos, portanto, contribuindo para uma melhora social, nem mesmo econômica.

O fundo é um pilar de apoio tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. E precisamos proteger os dois. São esses recursos que sustentam os investimentos nos serviços públicos que atendem principalmente a população de baixa renda, sem a necessidade de investimento estatal, além de responderem pela geração de dois milhões de empregos ao ano.

Criado em 1967, ele atua como uma poupança de longo prazo ao trabalhador, com foco em sua aposentadoria. Além disso, garante uma reserva de valor que pode auxiliar o cotista em momentos de vulnerabilidade como, por exemplo, em uma demissão involuntária ou quando há necessidade de tratamento para doenças graves. Ao longo do tempo, algumas melhorias foram sendo introduzidas na legislação, entre elas o saque no aniversário e a distribuição de lucro aos cotistas. Esse novo arcabouço permite que as pessoas possam sacar anualmente uma parte dos depósitos acumulados.

Além disso, a rentabilidade do fundo melhorou nos últimos anos e superou a inflação.

Do lado social, o FGTS é vital para o país. Isso porque sua missão não se limita a ser um recurso dos trabalhadores, como enfatizam os que defendem as medidas de liberação de saques sistemáticos. Se o que desejamos é um país mais igualitário, não podemos omitir dos argumentos sobre a destinação desse recurso que ele também segue regras claras de uso, permitir a continuidade de projetos sociais que o governo não tem como arcar sem essa fonte.

Temos carências em múltiplas frentes. Muitas famílias vivem hoje com grandes dificuldades para atender até mesmo as necessidades mais básicas e ninguém é insensível a isso. A reflexão que se propõe aqui é de termos um olhar mais amplo e não sacrificar ainda mais os já escassos recursos para os projetos que promovem melhorias cruciais para a sociedade e refletem diretamente na qualidade de vida da população menos favorecida.

Reeditar medidas paliativas como o incentivo ao saque do FGTS não trata o problema em sua essência, nem mesmo gera crescimento econômico sustentável como alguns defendem.

É no impulso das forças produtivas e com caminhos que ampliem as oportunidades de emprego e qualidade de vida que vamos alcançar um melhor ambiente econômico e social para todos. Em um país com um histórico de altas taxas de juros e restrições orçamentárias por parte do governo, o FGTS foi o grande responsável por viabilizar o desenvolvimento econômico e social brasileiro. Essas atividades necessitam obrigatoriamente de juros acessíveis e investimentos de longo prazo para acontecerem. Em diversos países, existem linhas de financiamento específicas para essa finalidade, muitas delas com expressivos aportes de recursos do governo.

No Brasil, a sistemática do FGTS garantiu essa dinâmica social.

Estudos mostram que para cada um real investido em saneamento, são economizados quatro reais em saúde. Infelizmente, 11 mil brasileiros morrem por ano por não terem acesso a água potável.

Sem investimento, será muito difícil atingir a meta estabelecida pelo Marco Regulatório do Saneamento, que prevê que 99% dos brasileiros tenham acesso a serviços de saneamento até 2030.

Não podemos esquecer também que temos a obrigação de combater o deficit habitacional de 7,8 milhões de famílias. Dados da pesquisa A jornada de compra do imóvel, realizada pela Brain Inteligência Estratégica e a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), apontam que 80% dos brasileiros que compraram um imóvel em 2021 tiveram melhorias na sua qualidade de vida. A mesma pesquisa aponta que 77% dos imóveis comprados em 2021 só foram viabilizados por meio dos benefícios do programa Casa Verde Amarela.

O Brasil tem o desafio de continuar crescendo de forma sustentável, gerar empregos e principalmente melhorar a qualidade de vida de sua população. A decisão de ampliar as modalidades de saque deve ser antecedida por uma grande discussão entre governo e sociedade. E caso a decisão seja liberar os recursos aos trabalhadores, é necessária a criação de uma política de transição para que o governo possa assumir o papel econômico social que hoje é feito pelo FGTS.

Sindicato de auditores pode ir à Justiça contra isenção de imposto ampliada para pastores

Idiana Tomazelli

O Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal**) avalia questionar judicialmente o ato do secretário especial do órgão, Julio Cesar Vieira Gomes, que ampliou o alcance da isenção de contribuição previdenciária sobre a remuneração de pastores.

A medida, que foi citada publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e beneficia aliados do chefe do Executivo, "extrapola a competência da **Receita Federal** para atos normativos", segundo avaliação do Sindifisco.

"Ao reduzir as condicionantes para o que se considera remuneração para fins de incidência previdenciária, a **Receita Federal** faz com que mais remunerações se considerem isentas. Uma ação que prejudica tanto a arrecadação presente quanto créditos tributários já constituídos e produz efeitos danosos nas contas da **seguridade social**", diz o sindicato dos auditores.

O ato de Gomes foi publicado em 1º de agosto, a duas semanas do início da campanha eleitoral e no momento em que Bolsonaro busca consolidar o apoio dos evangélicos a sua tentativa de reeleição.

O secretário é próximo do senador Flavio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, e tem interlocução direta com o chefe do Executivo. Na terça-feira (16), Bolsonaro declarou que a medida atende a um pedido feito pelos pastores para pôr fim ao que eles chamam de "perseguição" da **Receita Federal**.

Na prática, a medida amplia os casos de isenção da prebenda (como é conhecida a remuneração dos pastores e das lideranças religiosas) e enterra de vez os processos de fiscalização ainda em curso.

Para o presidente do Sindifisco, Isac Falcão, a norma foi publicada "em momento eleitoral", sem discussão com a sociedade e sem respeitar a competência do Congresso Nacional, que é o responsável pela aprovação das leis.

"O secretário assina um ato modificando o sentido da

lei. Ele colocou vários critérios possíveis de diferenciação da remuneração para dizer que não se enquadra [como parcela tributável]", afirmou.

"O Sindifisco está estudando os impactos dessa medida e também formas para que haja o controle jurisdicional", disse Falcão.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50008>

Mercado Livre anuncia criptomoeda própria

I TALITA NASCIMENTO

O Mercado Livre anunciou ontem o lançamento de um sistema de blockchain e de uma criptomoeda própria, a Mercado Coin, desenvolvida em parceria com a empresa Ripio. O novo ativo digital começa valendo 10 centavos de dólar e vai obedecer à lógica de precificação do mercado. A companhia não revela o investimento no projeto, limitando-se a dizer que foi necessário um ano e meio de trabalho.

O vice-presidente sênior e líder do Mercado Livre no Brasil, Fernando Yunes, diz que o criptoativo estará disponível para 500 mil pessoas. A princípio, a moeda será recebida como cashback nas compras feitas no comércio eletrônico, mas também será possível negociá-la na plataforma do Mercado Livre destinada a transações com criptomoedas.

O gerente sênior de Desenvolvimento Corporativo, Guilherme Cohn, disse que a companhia buscou as melhores práticas de mercado, já que não há regulação específica para esse ativo financeiro. A líder do setor jurídico da fintech do Mercado Livre, Priscila Faro, no entanto, disse que essa falta de regulação não prejudica o projeto, pois já há diretrizes para as principais questões legais do ativo, como aquelas ligadas à **Receita Federal**.

A moeda será negociada na plataforma de exchange do Mercado Livre, desenvolvida em parceria com a Paxos. Já a Mercado Coin foi feita em colaboração com a empresa Ripio, que oferece a criação de criptomoedas como um serviço.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cigarros eletrônicos: PF e Receita se unem

OPERAÇÃO Ontem, três mandados de busca e apreensão e medidas cautelares foram cumpridos pela Polícia Federal (PF) e pela **Receita Federal**, simultaneamente, em endereços comerciais e residenciais localizados no Recife (PE).

As investigações começaram em abril de 2022, quando foi instaurado um inquérito policial para apurar os responsáveis pela comercialização ostensiva de cigarros eletrônicos e acessórios, tanto pela internet, quanto presencialmente, em bares e restaurantes da capital pernambucana.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Critérios estabelecidos para a transação tributária (Artigo)

A Lei No 14.375, de 21.06.2022 promoveu importantes mudanças na Lei No 13.988, de 14.04.2020, tornando mais atrativa a adesão dos contribuintes nas transações de dívidas tributárias no âmbito da Secretaria da **Receita Federal** (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Posteriormente, a PGFN publicou as Portarias PGFN No 6.757, de 29.07.2022 e No 6.941, de 04.08.2022, regulamentando as transações no seu âmbito.

Agora, foi a vez da RFB em regulamentar a matéria, por meio da publicação da Portaria RFB No 208, de 11.08.2022, estabelecendo as diretrizes, regras, condições e procedimentos a serem observados pelos contribuintes nas transações de seus débitos tributários em contencioso administrativo no âmbito da RFB, ainda não inscritos em Dívida Ativa da União ou Judicializados.

Essa norma tornou-se necessária, em razão das alterações introduzidas pela Lei No 14.375/2022 que ampliaram o alcance da Lei de Transação (Lei No 13.988/2020), em relação aos créditos tributários administrados pela RFB. A Portaria RFB No 208/2022 prevê três modalidades de transação, na cobrança de créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, sob responsabilidade da RFB; (1) Transação por adesão à proposta da RFB; (2) Transação individual proposta pela RFB; (3) Transação individual proposta pelo contribuinte.

Os benefícios da adesão a transação tributária são os seguintes; (I) oferecimentos de desconto aos débitos considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação; (II) possibilidade de parcelamento; (a) débitos previdenciários em 60 meses; (b) demais débitos em até 120 meses; e (c) até 145 meses nas transações que envolva vários tipos de entidades; (III) possibilidade de diferimento ou moratória; (IV) flexibilização das regras para aceitação, avaliação, substituição e liberação de arrolamentos e demais garantias; (V) possibilidade de utilização de créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado, ou precatórios federais próprios ou de terceiros, para fins de amortização ou liquidação de saldo devedor transacionado, observado o procedimento previsto nesta portaria; (VI) possibilidade de utilização de créditos fiscais, relacionados com os prejuízos fiscais de IRPJ e de base de cálculo negativa de CSLL, até o

limite de 70% do saldo remanescente, após a incidência dos descontos, se houver.

É vedada a transação que; (I) implique na redução superior a 65% do valor total dos débitos a serem transacionados; (II) utilize créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e de base de cálculo negativa de CSLL, em valor superior a 70% do saldo a ser pago pelo contribuinte; (III) conceda prazo de quitação dos créditos superior a 120 meses; (IV) envolva valores de indenização por tempo de contribuição específica e outras situações.

Os benefícios concedidos em programas de parcelamento anteriores ainda em vigor serão mantidos, considerados e consolidados para efeitos de transação, desde que o contribuinte se encontre regular. Sem considerar que a transação não necessitará abranger todos os débitos tributários, sendo possível a adesão parcial.

Por tudo isso, observa-se que a regulamentação da Portaria RFB No 208/2022 manteve aspectos positivos, em relação as normas definidas pela PGFN, estabelecendo acesso as transações com débitos acima de R\$ 1 milhão, a utilização dos créditos de prejuízos fiscais de IRPJ e de base de cálculo negativa de CSLL de forma mais abrangente, sem a limitação de débitos irrecuperáveis ou de difícil recuperação e de amortização do valor principal.

Resta agora, os contribuintes analisarem a sua capacidade financeira, na adesão do programa de transação tributária.

BRUNO FELDMAN E CLÁUDIO SÁ LEITÃO

SÓCIOS DA SÁ LEITÃO AUDITORES E CONSULTORES

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/2198/19-08-2022/>

Supremo decide aplicar nova lei em casos de improbidade em andamento



Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal que debateu nova Lei de Improbidade Administrativa Nelson Jr./Divulgação STF

José Marques Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, nesta quinta-feira (18), de forma favorável a acusado s por improbidade administrativa em julgamento que discutiu a possibilidade da retroatividade da nova lei a respeito do tema. Só serão alcançados, porém, casos em andamento.

O julgamento sobre o tema durou quatro sessões do plenário do STF. A primeira delas foi no dia 3 de agosto.

Sete dos 11 ministros entenderam que é possível aplicar a nova lei, mais benéfica, a casos que ainda não tiveram a tramitação encerrada na Justiça.

Prevaleceu o voto do relator, Alexandre de Moraes. Para ele, devem ser beneficiados somente casos que envolvam suspeitas de improbidade culposa (quando não há intenção de cometer irregularidade) e que ainda estejam correndo na Justiça. Cada ação, porém, deve ser analisada individualmente.

Também não haveria retroatividade nos prazos de prescrição desses processos, que ficaram mais curtos após a nova norma, anteriores à vigência da nova lei. Assim como Moraes, a maioria dos ministros entende que os casos encerrados, aos quais não há mais possibilidade de recursos, não podem ser revisados.

No fim do julgamento, o Supremo fixou uma tese que diz que a nova lei "aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitado em julgado" e que deve "o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente".

Na nova lei de improbidade, foi eliminada a sanção por irregularidades culposas e agora é preciso comprovar que houve dolo -ou seja, quando há intenção ou se assume o risco de cometer o ilícito.

Além disso, nessa nova lei os prazos de prescrição para itens como perda da função pública e de direitos políticos são mais curtos.

Há ações de improbidade que ainda tramitam em cortes superiores relativas a políticos de expressão, como o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O tema havia sido assunto tanto de deputados como de senadores em reuniões com o presidente do Supremo, Luiz Fux, com cobranças para que fosse pautado com celeridade.

O grande impacto que o julgamento pode ter é sobre casos menos célebres, que envolvem prefeitos e ex-prefeitos, chefes de secretarias e funcionários públicos.

O caso que serviu como referência para as outras ações trata de uma advogada, Rosmery Cordova, que firmou um contrato com o **INSS** em 1994 e foi acusada de lesar o erário por ter "adotado uma conduta negligente" na sua atuação.

Todos os ministros decidiram de forma favorável ao caso dela. Seu advogado, Francisco Zardo, sempre disse que ela não cometeu irregularidade e que "o placar unânime revelou o tamanho da injustiça".

Nas duas primeiras sessões do julgamento, os ministros Moraes e André Mendonça votaram de forma favorável a acusados de improbidade, mas com entendimentos diferentes a respeito da extensão desses benefícios.

Ao votar, Moraes defendeu que haja punições a agentes que prejudiquem os cofres públicos e afirmou que a corrupção "corrói o Estado de Direito" e "também contamina a legitimidade dos detentores de mandatos públicos". Mas, acrescentou, "o gestor corrupto é uma coisa, o gestor inapto ou incompetente, é outra".

"Ambos devem ser responsabilizados, só que cada um

tem uma forma de ser responsabilizado, e a lei de improbidade administrativa nasceu para combater o gestor corrupto", disse o ministro.

André Mendonça entendeu que seria possível a revisão de atos culposos mesmo após o processo ser encerrado.

Para Mendonça, caberia ações rescisórias nesses casos -entendimento que foi contrário ao da maioria do Supremo. Os novos prazos de prescrição, afirmou o ministro em seu voto, "aplicam-se de maneira imediata, inclusive aos processos em curso e aos fatos ainda não processados".

Nesta quarta (17), Kassio Nunes Marques retomou o julgamento. Em seu voto, ele disse que a aplicação retroativa da lei deveria atingir os processos que ainda estejam em tramitação na data em que a nova lei entrou em vigor, em outubro de 2021, inclusive em relação aos novos prazos.

Segundo ele, isso não significaria "anistia geral das ações de improbidade".

Edson Fachin e Luis Roberto Barroso foram os primeiros a votarem contra qualquer tipo aplicação da nova lei em casos que foram iniciados anteriormente à sua vigência. Fachin afirmou que deve ser levada em consideração a lei em vigor na época em que ocorreram os fatos ou em que foram instalados os procedimentos.

Barroso concordou. "Precisamos achar, o que não é fácil, um delicado ponto de equilíbrio entre o enfrentamento à corrupção sem atemorizar o administrador competente que, pelas dúvidas, não faz o que tem que fazer", afirmou.

Da mesma forma, votaram as ministras Rosa Weber e Cár-men Lúcia.

Dias Toffoli afirmou que as alterações podem retroagir para beneficiar os réus de ações em tramitação. Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Luiz Fux também entendem que a nova lei deveria ser aplicada, ao menos, a casos ainda em tramitação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

08

PF faz operação no DF e em 3 estados contra fraudes no INSS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2022/08/19/RDIOBANDNEW>

[SFM905DF-06.24.35-06.25.16-1660903545.mp3](#)

Presidente do Banco Central diz que não aceitaria 2º mandato em 2024



Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central Adriano Machado - 9.dez.21/Folhapress

Nathalia Garcia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quinta-feira (18) que não aceitaria ser mantido no comando da autarquia após 2024, quando termina o seu primeiro mandato.

"Acho que a recondução não é saudável, ela cria uma fragilidade no meio do mandato porque vai ter um presidente do Banco Central que vai estar interessado em ser reconduzido e fica exposto, naquele momento, à vontade do Executivo", disse ele em evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo.

Campos Neto, que ocupa o cargo desde 2019, diz ter sido contra a possibilidade de recondução quando foi desenhada a lei de autonomia do BC, em vigor desde 2021. "Se tivesse dependido somente de mim, não teria recondução na lei de autonomia", destacou.

A lei determina mandatos fixos de quatro anos ao presidente e aos diretores da autarquia, que podem ser renovados apenas uma vez e não são coincidentes com o do presidente da República.

No mesmo evento, Campos Neto disse que o BC revisará a sua projeção de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2022. Segundo ele, a atual estimativa está em um patamar "um pouquinho acima de 2%".

A última projeção do BC para o **PIB** do ano que vem, feita em junho, é de alta de 1,7%. O próximo relatório trimestral de **inflação**, com o valor atualizado, será divulgado em setembro.

"A nossa projeção atual está um pouquinho acima de 2%, deve sair em breve. A gente também [está] revendo a projeção para cima", afirmou.

"Os indicadores de tempo real têm saído melhores. A gente qualifica que tenha alguns efeitos que são efeitos temporários das medidas do governo, mas é importante olhar um pouco o que é o crescimento para frente. A gente vê a indústria, que está um pouco parada ainda, abaixo do nível pré-pandemia e os outros setores acima, com serviços recuperando de forma mais forte", acrescentou.

Em julho, o Ministério da Economia já havia elevado de 1,5% para 2% a projeção para o crescimento do **PIB** do país em 2022. O mercado, por sua vez, convergiu ao valor esperado pela equipe econômica do governo nesta semana, de acordo com o boletim Focus divulgado na última segunda-feira (15).

Quanto à **inflação**, Campos Neto afirmou que o setor de energia continua pressionado no cenário global, mas que, no Brasil, [a **inflação** de energia] voltou bastante com as medidas de corte de **impostos** adotadas pelo governo.

Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que fixa o teto de 17% a 18% para as alíquotas de ICMS (imposto estadual) sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações. Com o impacto da redução sobre esses itens, o Brasil teve deflação (queda de preços) de 0,68% em julho, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O presidente do BC disse ainda que há o entendimento dos agentes de que o trabalho da autarquia foi "em grande parte" feito no combate à **inflação**. Segundo ele, o Brasil é um dos poucos países em que o mercado já precifica queda de juros.

No início de agosto, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 ponto percentual, a 13,75% ao ano, e disse que avaliará a necessidade de uma nova alta de menor magnitude no próximo encontro.

No último **comunicado**, o BC optou por dar ênfase à **inflação** acumulada em doze meses até o primeiro trimestre de 2024, de forma a suavizar os efeitos

diretos das medidas tributárias implementadas.

Campos Neto disse nesta quinta que esse modelo de análise é temporário, dado o cenário de incerteza, e não muda o alvo da autoridade monetária. "A gente está falando sobre horizonte relevante e não sobre meta de **inflação**", ressaltou.

Reforma vai reduzir **impostos** aos mais pobres, diz Guedes

Lucas Bombana

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira (18) que, com a aprovação da **reforma tributária** e a implementação da medida que prevê a tributação de lucros e dividendos de grandes empresas, será possível adotar ações que gerem um impacto direto de redução dos **impostos** para a população de menor renda do país.

"Já foi aprovada na Câmara, falta o Senado. Quem sabe com o presidente Jair Bolsonaro] sendo eleito, a gente faz isso este ano", afirmou o ministro, durante evento do BTG Pactual, em São Paulo.

Guedes disse também que "quem dá o 'timing' das reformas é a política", acrescentando que, no momento em que a **inflação** começou a subir, o governo trabalhou pela independência do BC (Banco Central), e pela lei das falências, quando as empresas indicavam que passariam por um período de maior dificuldade.

"Na [reforma] tributária perdemos, ela passou", reconheceu o ministro. Ele afirmou, porém, que o aumento da arrecadação foi utilizado pelo governo para promover redução de **impostos** indiretos, citando o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O ministro voltou a afirmar que pretende zerar o IPI e que o Brasil pode ser um dos grandes beneficiados pela reconfiguração das cadeias produtivas em curso nos países desenvolvidos, na esteira da pandemia e da Guerra da Ucrânia.

A postura amigável com a maior parte das grandes economias, bem como a proximidade geográfica, torna o país um parceiro em potencial, afirmou o ministro. "Estamos super bem posicionados. Só depende de nós. Basta não fazer besteira. Isso tem a ver com o voto", afirmou o ministro.

Guedes disse também que, se não fosse pela "barulheira" provocada pelas eleições, o real estaria bem mais valorizado em relação ao patamar atual -a

moeda americana encerrou a sessão desta quinta cotado a R\$ 5,17.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50008>

Firjan apresenta propostas a candidatos e prevê PIB até US\$ 1 tri maior em 2027

Gabriela Ruddy Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=1§ion=1

Valor' lança plataforma de análise fiscal

Edna Simão e Estevão Tair De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=1§ion=1

Bolsonaro não avançou nas reformas e ainda desmoralizou o teto de gastos

Duas imagens não me saem da cabeça. A foto de pessoas com fome buscando sobras de restaurantes em um caminhão de lixo e a de uma criança, de apenas 11 anos, sendo acolhida por policiais. Eles atenderam a um pedido de socorro do menino porque sua família não tinha mais o que comer.

Essas histórias foram as que chegaram aos grandes jornais, mas todos os dias milhões de crianças vão dormir sem refeição e famílias vivem em insegurança alimentar.

Superar a miséria e a fome deve ser a preocupação número um de qualquer governo, independentemente de ideologia.

Essa prioridade deveria estar refletida no Orçamento da União de forma clara, porque um país que, tradicionalmente, convive com restrições fiscais precisa fazer suas escolhas. O teto de gastos implementado em 2016 tinha em parte esse objetivo: ao limitar as despesas discricionárias, era esperado que a sociedade, representada pelo Congresso Nacional, apontasse suas prioridades. Ou seja, se o desejo fosse aumentar os investimentos públicos, em especial na área social, era necessário o corte em despesas obrigatórias, como Previdência, folha de pessoal e gastos tributários.

Em 2016, com o início de várias reformas, parecia que funcionaria, mas não deu tempo para **Temer** ir além das mudanças na área trabalhista e progressos na questão previdenciária.

Este governo, além de nada ter avançado na **reforma tributária** ou na administrativa, atropelou a regra do teto por mais de uma vez. Deu um jeitinho de desmoralizar um mecanismo desenhado para forçar Executivo e Legislativo a redefinir suas prioridades de governo.

A PEC dos Precatórios e a PEC das Bondades são reflexo de um presidente que não sabe planejar e, principalmente, que não quer fazer escolhas difíceis.

Não satisfeito com os buracos no teto, o governo Bolsonaro ainda deixará de herança as emendas do relator garantidas na execução orçamentária de 2023.

As intervenções são oportunistas e temporárias,

postergando o inadiável ataque à desigualdade no País, que não se resolverá com um auxílio improvisado, temporário e baseado em financiamento questionável.

O Estado deve prover perspectivas para o cidadão sair deste lugar de carência e dependência, gerando possibilidades para uma vida inclusiva e produtiva. Exige uma ação integrada das várias esferas da administração pública, como saúde, educação, moradia digna e segurança. O objetivo é criar oportunidades para que os indivíduos, desde o nascimento, possam florescer e se capacitar. E dar liberdade para que sejam na vida o que quiserem ser.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/bolsonaro-nao-avancou-nas-reformas-e-ainda-desmoralizou-o-teto-de-gastos,d55ff352a7238f3ccac9b56fff3fae772vyoslee.html>

Mansueto Almeida admite licença para gastar em 2023, mas pequena

Ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida avalia que a aprovação de uma licença para ampliar os gastos temporariamente em 2023 teria que ser em valor pequeno e acompanhada de um superávit primário no primeiro ano do próximo governo.

A discussão de uma licença para gastos, que vem sendo chamada pelos economistas de waiver (perdão para não cumprir uma meta, na sigla em inglês), entrou no debate de política fiscal na campanha eleitoral para manter permanente o adicional de R\$ 200 do piso do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600.

A licença seria temporária até a definição de uma nova regra fiscal pelo próximo presidente e aprovação pelo Congresso.

Dá para avançar alguma coisa, mas é difícil saber o que. Se for algo pequeno e desde que seja acompanhado, já no primeiro ano, por um aumento do superávit primário, pôde-se até debater, avalia ele, que no governo Michel **Temer** trabalhou na equipe do ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Foi o time de **Temer** que projetou e conseguiu a aprovação pelo Congresso do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas de um ano para outro à variação da **inflação**.

Ao Estadão, Mansueto disse que, se o próximo governo não deixar claro qual será a estratégia para continuar com o ajuste fiscal, tudo o mais ficará em risco. É uma referência às condições macroeconômicas para garantir uma trajetória da dívida pública sustentável.

Para o Brasil melhorar, disse o economista, o próximo governo, seja quem ganhar as eleições, terá que mostrar alguma regra fiscal com metas anuais que o mercado financeiro possa acompanhar.

Se for apenas waiver para gastar mais durante um ou dois anos e termos um resultado primário pior, acho preocupante, alertou. Terá que ser dada uma sinalização consistente para o fiscal e espero que isso ocorra pós-eleição, acrescentou.

De acordo com ele, qualquer que seja o governo só haverá ganhos em definir e mostrar alguma regra fiscal. Esse movimento poderá levar à redução do

risco Brasil, ajudar na valorização do Real, reduzir juros longos e atrair mais investimento.

Na avaliação do economista, o desafio para o próximo governo continua sendo mudar a composição do gasto para tornar a despesa mais distributiva. Mesmo assim, ainda há risco aqui no Brasil de aumento de **impostos**, se a arrecadação cair nos próximos anos, ponderou.

Mansueto destacou que o problema que ronda o quadro fiscal é a incerteza em relação à evolução da arrecadação do governo num cenário de queda da **inflação** e a perspectiva de redução de preço de commodities, como o petróleo.

A elevação das receitas do governo vinculadas à alta internacional de commodities (produtos básicos, como petróleo) e o efeito da **inflação** contribuíram para o aumento das receitas e a melhoria das contas públicas ao longo deste ano.

As commodities representam quase 80% das exportações brasileiras. Se por um lado, o aumento de preço de commodities é ruim para **inflação**, por outro ajuda na arrecadação, na balança comercial e na melhoria das contas públicas.

O economista-chefe do BTG elencou como prioritário para 2023 definir a nova regra fiscal e a aprovação da **reforma tributária**. Para ele, as duas propostas podem tramitar juntas porque tradicionalmente no primeiro ano de governo há sempre uma maior vontade de votar projetos mais difíceis. Ele lembrou que em 2019, o governo Bolsonaro, sem base política, conseguiu aprovar a reforma da Previdência que se tentava há 20 anos.

O próximo ano já começa com crescimento econômico baixo por causa da política do Banco Central de juros altos. Mas Mansueto vê um cenário mais favorável para a economia brasileira, se o próximo governo mostrar como será a continuidade do ajuste fiscal. E se for aprovada alguma coisa da **reforma tributária**.

Com esse quadro, previu, a economia no segundo semestre de 2023 terá crescimento. Para 2024, ele projeta **inflação** na meta, juros em um dígito e crescimento perto de 2,5%.

Reconhecido por ser um dos principais especialistas em contas públicas do País, Mansueto avaliou também que a situação econômica não está tão ruim quanto alguns pensam. A **inflação** hoje tem um componente mundial, mas o Banco Central aqui reagiu rápido. A taxa de juros real esperada para o próximo ano está acima de 8% real. Isso vai derrubar a **inflação**, previu.

O economista considera que os dados fiscais de curto prazo também não estão ruins, com a expectativa de o governo terminar o ano com superávit primário do setor público igual ou maior do que em 2021.

A sua previsão para a dívida pública para 2022 é que ela feche entre três ou quatro pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima do valor de 2019, período antes da pandemia da covid-19. Em 2020, a grande maioria dos economistas (eu inclusive) calculava que terminaríamos este governo com a dívida bruta entre 94% e 95% do **PIB**, 20 pontos do **PIB** acima de 2019?, reconheceu.

Agora, a expectativa é que a dívida bruta feche o ano em 77% do **PIB**. Em 2019, ela estava em 74,4%. Ele considera esse um resultado muito bom porque em 2020, as contas do governo registraram o maior déficit primário da história.

A dívida em quatro anos, mesmo com dois anos de pandemia, terá crescido muito pouco, argumentou.

Segundo ele, uma das preocupações é em relação ao que poderá acontecer ao longo dos próximos anos, uma vez que as dívidas líquida e bruta voltam a crescer a partir do próximo ano e a taxa de juros longa dos títulos do Tesouro atrelados ao IPCA, as NTN-Bs, está perto de 6% real (acima da **inflação**) ao ano.

Outros pontos reforçados por Mansueto como mais favoráveis para o País são: uma taxa de desemprego no menor nível desde 2015, massa de salário real crescendo em relação ao ano passado e um quadro de contratação de vários projetos em infraestrutura para os próximos anos que não dependem ou dependem pouco de orçamento público.

O desafio, disse, é garantir que os investidores possam enxergar que em algum momento nos próximos anos a dívida líquida e bruta entrarão em uma clara trajetória de queda. Se dermos os sinais corretos de responsabilidade fiscal teremos um bom início de governo com redução de risco e valorização dos ativos domésticos. Mansueto chama atenção que o Brasil está barato: ações baratas e os resultados das empresas, que estão sendo divulgados, melhores do que o esperado até mesmo em setores sensíveis à taxa de juros, como o de construção.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/mansueto-almeida-admite-licenca-para-gastar-em-2023-mas-pequena,6df37014848acc8b410fe053a970b9417bppyzvc.html>

Ciro se compromete a reformular a CLT



Taísa Medeiros

O candidato do PDT à Presidência da República, Ciro Gomes, afirmou que, se eleito, vai propor um novo código de leis trabalhistas para o país, de maneira a atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"Um governo meu estará comprometido com a proteção do trabalho e da renda do trabalho, mas com um olho na eficiência sistêmica e na produtividade da economia brasileira, que está perdendo produtividade", destacou, durante participação no ciclo de debates promovido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

De acordo com Ciro, empresários serão consultados sobre a proposta, que estará alinhada com "as melhores práticas internacionais".

O candidato voltou a prometer um programa federal de renda mínima que pague um auxílio mensal de R\$ 1 mil às famílias com renda per capita igual ou inferior a R\$ 417 por mês. "Será um programa com status constitucional e fontes de recursos identificados", destacou ele, defensor de uma **reforma tributária** com unificação de seis **tributos** em um único imposto, o IVA.

Ciro atribuiu à taxa de juros a atual situação de baixo crescimento da economia e o elevado índice de desemprego e desestruturação do quadro fiscal. Após dizer que a elite brasileira está viciada em juros altos, foi aplaudido pelos empresários e políticos que acompanhavam o evento.

"A meu ver, a estagnação que nos trouxe a essa década toda perdida é o modelo econômico cujo a grande variável é o juro muito alto. E se o juro é muito alto, você erode completamente a economia popular, o consumo despenca. Nós estamos com a menor renda mínima histórica", salientou.

Nome limpo

O pedetista disse que o seu programa de reestruturação de dívidas vai abranger, também, um contingente de seis milhões de empresas que hoje estão com os CNPJs na lista de devedores dos serviços de proteção de crédito.

Segundo ele, o programa Nome Limpo pretende tirar dos SPCs pessoas físicas e empresas negativadas a taxas de juros menores do que as que são cobradas hoje em qualquer renegociação de dívidas.

Com isso, ele acredita que alavancará a economia por meio do aumento do consumo e emprego. "Vamos caminhar na direção de consolidar o crédito empresarial, que é a premissa do investimento", afirmou, acrescentando que o atual modelo econômico é que tem impedido o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro de crescer de forma sustentada há 40 anos.

Outro passo que Ciro promete dar, caso seja eleito, é retomar 14 mil obras públicas paralisadas para gerar cinco milhões de empregos em dois anos. "Isso está tudo estudado, mas o grande objetivo é a construção civil, subir as favelas, dar o título da terra, financiamento de moradias em 36 meses", destacou. (Com Agência Estado)

Tebet contra a reeleição

Candidata à Presidência pelo MDB, a senadora Simone Tebet prometeu colocar um fim na reeleição, apesar de ter obtido um segundo mandato como prefeita de Três Lagoas (MS) em 2008. Na avaliação da parlamentar, a recondução é "o maior problema no Brasil", e que, por vezes, é a causa da corrupção. As declarações foram dadas em evento promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB-SP).

Tebet também voltou a criticar o orçamento secreto e ressaltou que, se eleita, vai garantir a transparência das contas públicas. "Baixo um ato normativo exigindo que todos os ministros de Estado deem transparência absoluta nas contas públicas do Orçamento. No primeiro dia, ele vai dizer quem é o parlamentar que mandou recurso, para onde mandou esse recurso, para ver se, lá na ponta, esse dinheiro chegou", destacou.

A candidata à Presidência afirmou que uma de suas prioridades, em um eventual governo, será a **reforma tributária**. Ela prometeu aprovar modificações nos impostos em até seis meses após o início de sua gestão.

A postulante ao Planalto ainda enfatizou que o próximo presidente terá a missão de restaurar a harmonia entre os Poderes. "Eu me comprometo a sancionar qualquer lei aprovada pelo Congresso que restrinja excessos de qualquer autoridade no Brasil", frisou, criticando o presidente Jair Bolsonaro (PL). "Muito do que vemos hoje é fruto do acirramento ideológico e do mau exemplo dado pelo presidente da República. Ele estimula que outras autoridades tirem seus monstros do armário", acrescentou.

BC otimista com emprego



Rosana hessel

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez estimativas otimistas da economia, avaliou que o mercado de trabalho vem apresentando surpresas positivas e previu que a taxa de desemprego poderá ficar abaixo de 9% no fim do ano, em meio à recuperação mais forte do setor de serviços.

"O mercado de trabalho e a criação de vagas foram uma surpresa positiva. Nós devemos ter desemprego abaixo de 9% nas nossas projeções. Teve troca de renda mais alta por renda mais baixa, mas uma coisa saudável é o aumento da contratação", disse Campos Neto, ontem, no evento Macro Day, realizado pelo banco BTG Pactual.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação ficou em 9,3% no segundo trimestre, abaixo dos 11,1% contabilizados de janeiro a março. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem feito previsões de uma taxa de desemprego de 8% no fim do ano.

Acompanhando a onda de revisões do mercado, Campos Neto disse que o BC também deverá elevar as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano no próximo Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), em setembro. A estimativa atual é de 1,7%, e o chefe da autoridade monetária admitiu que a nova previsão pode ficar acima de 2%, apesar de o ambiente de **inflação** global ainda estar bastante "desafiador". Ele reconheceu que os estímulos fiscais do governo têm ajudado na melhora das previsões do mercado, mas têm "efeitos temporários", em um cenário de desaceleração global.

Gasto preocupa

O presidente do BC evitou fazer críticas às medidas de expansão fiscal do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) em pleno ano eleitoral. Contudo, reconheceu que haverá piora nas contas públicas no ano que vem. Segundo ele, quem assumir o governo, seja quem for, terá o grande desafio de conciliar a demanda social com equilíbrio fiscal.

"Existe uma preocupação com a prorrogação das medidas e a forma como vai ser prorrogado. Tem um debate ainda em curso sobre como isso vai ser financiado", disse.

No fim da tarde, o ministro da Economia, Paulo Guedes, minimizou a perspectiva de piora do quadro fiscal no ano que vem. Bolsonaro, como os demais candidatos à Presidência, vem prometendo manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 em 2023, assim como a isenção de **impostos** federais sobre combustíveis.

Guedes voltou a reafirmar que o fiscal está forte e que a economia está decolando. Contudo, lamentou o fato de não ter conseguido aprovar a **reforma tributária**. "A janela passou. Mas a gente não desiste", disse ele, um dia após admitir, em outro evento, o sentimento de frustração com a derrota nas privatizações.

O ministro também criticou os estados que estão buscando compensação para a redução de **impostos** no Supremo Tribunal Federal. (Colaborou Raphael Pati, estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo)

Sobre a tabela de Imposto de Renda - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Ano eleitoral ressuscita o debate de Imposto de Renda sobre Pessoas Físicas (IRPF). O fato de a tabela de tributação sobre renda pessoal não ser corrigida desde 2016 também estimula a discussão, pois a **inflação** acumulada desde então deve atingir 46% (assumindo variação de 7% do IPCA neste ano).

Na última eleição Bolsonaro prometeu corrigir a tabela. Passaram quatro anos e ele não fez nada. Lula já anunciou que, se eleito, corrigirá a tabela, em um percentual a ser definido de acordo com a situação fiscal do governo.

Dá para confiar na promessa de Lula? Acho que sim e aponto um fato (não opinião): passado um período de ajuste, em 2003-04, os governos do PT (Lula e Dilma) corrigiram a tabela de IRPF em todos os anos completos de governo, de 2005 a 2015.

Em 2016, o governo Dilma enviou nova proposta de correção ao Congresso, de 5%, a ser compensada pela tributação de lucros, dividendos e grandes heranças (PL 5205/2016), depois abandonada pelo governo **Temer**.

Para ser justo com **Temer** e Bolsonaro, eles não foram os únicos a manter a tabela de IRPF congelada por muito tempo. Fernando Henrique também fez isso, mantendo valores constantes de 1996 a 2001. Só em 2002, último ano de governo tucano, houve correção. Mas vamos olhar para frente.

Qual deve ser a correção da tabela de IRPF em 2023? As opiniões variam dependendo para quem você pergunta. Tomando 1995 como referência, o Sindireceita (Sindicato de Analistas Tributários) calcula uma defasagem de aproximadamente 133% em relação à **inflação** acumulada desde então.

Saindo do economês, para zerar a defasagem calculada pelo Sindireceita, a faixa de isenção de IRPF teria que subir de R\$ 1.903,98 hoje para R\$ 4.436,27 em 2023. Já se for para corrigir a tabela de IRPF somente pela **inflação** acumulada em 2016-22, a faixa de isenção teria que subir para R\$ 2.775,81 em 2023.

Quanto custaria a correção? Novamente segundo o Sindireceita, zerar a defasagem aumentaria a renda

disponível das famílias, basicamente da classe média, em R\$ 53 bilhões. Para colocar o número em perspectiva, segundo estimativas do meu colega Manoel Pires, da FGV, manter o auxílio às famílias de baixa renda no valor médio de R\$ 600 por mês custaria cerca de R\$ 60 bilhões em 2023.

Dado que o orçamento do governo é limitado, qual deve ser a escolha política? Antes dar minha opinião é bom esclarecer duas coisas. Primeiro, apoio e voto em Lula, mas não falo por sua campanha.

Segundo, seja via correção da tabela de IRPF para a classe média ou transferência de renda aos mais pobres, parte do estímulo fiscal volta ao governo na forma de arrecadação, pois as famílias gastarão parte do aumento de renda (o que nós economistas chamamos de efeito multiplicador).

Voltando à pergunta: o governo deve fazer as duas coisas em 2023. Manter o orçamento das transferências de renda no valor equivalente a R\$ 600 por mês, mas melhorando a alocação do recurso, e corrigir a tabela de IRPF em algo entre 46% e 133%.

Mesmo após o efeito multiplicador, as duas medidas aumentarão o déficit primário, e isso terá que ser compensado mais à frente. A forma óbvia de compensação é aumentar os **impostos** sobre os mais ricos, que era a proposta do governo Dilma lá em 2016. Provavelmente este será o caminho adotado por um eventual governo Lula.

No caso de Bolsonaro, registro que ele tentou fazer a mesma coisa com sua proposta de IRPF no final de 2021, mas a pressão política de quem seria onerado falou mais forte e barrou o projeto. Algumas coisas são apartidárias no Brasil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50008>

A falsa "guerra santa" de 2018 em 2022 - ELIANE CANTANHÊDE

ELIANE CANTANHÊDE

O segundo turno desta eleição não foi antecipado no primeiro, com Luiz Inácio Lula da Silva, favorito, e Jair Bolsonaro, segundo colocado, liderando as pesquisas desde o primeiro momento e ao longo de exatamente toda a campanha e de todo este ano. Na realidade, essa polarização, que sufocou as chances de uma terceira via, começou bem antes, vem desde 2018.

As simulações de segundo turno ao longo de 2018, quando Lula foi preso e impedido de concorrer, apontavam um mínimo de 52% e um máximo de 58% para ele, ante o mínimo de 32% e o máximo de 35% para Bolsonaro, no Datafolha, por exemplo. Pelo Ipec desta semana, deu 51% a 31%. Pelo próprio Datafolha de ontem, 54% a 37%, pouco acima do teto de 2018. Logo, a estabilidade se mantém por quatro anos.

Pelas projeções de primeiro turno, Lula mantém estabilidade, com 47%, enquanto Bolsonaro cresceu para 32% e vem reduzindo a distância para Lula, lenta e gradualmente, como a pesquisa de ontem mostrou.

O petista, porém, mantém acima de 50% dos votos válidos, o que é suficiente para vencer em primeiro turno. Pelo Ipec, 52%. Pelo novo Datafolha, 51%.

De qualquer forma, a campanha oficial está apenas começando e o governo vem dizendo, inclusive a empresários, que tem "bombas" contra Lula, além de mensalão, petrolão e gestão Dilma.

E a equipe de Lula também reuniu pesado arsenal contra Bolsonaro, a começar da teimosia na pandemia. O quanto essa guerra vai interferir nos índices, nem os dois lados sabem.

Por ora, Bolsonaro só lidera em quatro de 32 recortes do Ipec (evangélicos, Sul, de 2 a 5 salários mínimos e acima de 5 mínimos), mas ele ainda conta com outros tipos de "bomba eleitoral": benesses sociais, redução do preço do diesel e da gasolina, impostos diferenciados para pastores evangélicos, entrada em cena de uma Michelle Bolsonaro quase caricata e estridentes fake news.

Se a distância entre Lula e Bolsonaro continuar diminuindo, se a disputa for para um segundo turno e se esse segundo turno for menos confortável para o

petista do que as pesquisas projetam hoje, vai entrar em ação um tratorço petista pelos votos de Ciro Gomes e Simone Tebet, de indecisos e de dispostos brancos e nulos do primeiro turno.

Ciro Gomes pode até não se eleger, como tudo indica, mas ele, o PDT e seus eleitores podem ter um papel decisivo para o resultado deste 2022 tão eletrizante e desafiador. Sem chegar jamais a dois dígitos nas pesquisas e oscilando para baixo, Ciro chegou a 8%, que podem fazer toda a diferença em caso de uma reta final apertada. Numa eleição tão polarizada há tantos anos, isso é bem possível.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Executivo de Trump confessa fraudes fiscais

O ex-diretor financeiro da Organização Trump Allen Weisselberg se declarou ontem culpado de conspiração em um esquema de fraude que durou anos, mas rejeitou implicar o ex-presidente. A declaração prejudica a imagem dos negócios de Trump, mas não leva a uma investigação mais ampla sobre o republicano.

Weisselberg, que trabalhou durante décadas para a Organização Trump e é considerado um de seus mais leais escudeiros, chegou a um acordo com a procuradoria e será condenado a 5 meses de prisão e 5 anos de liberdade condicional, além do pagamento de quase US\$ 2 milhões aos cofres públicos.

Segundo Weisselberg, a Organização Trump pagou a seus executivos salários mais baixos - para reduzir **impostos** sobre a folha de pagamento - ao mesmo tempo que lhes ofereceu benefícios como moradia e pagamentos em dinheiro para cobrir todos os tipos de despesas pessoais.

O ex-diretor admitiu que embolsou mais de US\$ 1,7 milhão pelos quais não pagou **impostos**. O acordo judicial exige que Weisselberg testemunhe no julgamento da empresa, mas não que coopere com a investigação criminal em andamento que envolve Trump

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PIB poderia chegar a US\$ 2,8 tri até 2027

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'Mais pobres perderam estratégias de sobrevivência'

Marcelo Osakabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=8§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187305?page=8§ion=2

Bolsonaro se move (Editorial)

A nova pesquisa Datafolha, realizada no início oficial da campanha eleitoral, mostra mais uma vez na liderança o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 47% das intenções de voto, seguido pelo atual mandatário, Jair Bolsonaro (PL), que marca 32%.

A principal novidade do levantamento em relação ao anterior, do final de julho, é a redução da distância entre os dois postulantes.

Enquanto Lula se mantém estável, Bolsonaro, que registrava 29%, ganha três pontos percentuais, enquanto a margem de erro da sondagem é de dois pontos para mais ou para menos. Desde maio, a vantagem do petista caiu de 21 para 15 pontos percentuais.

O presidente também vê melhorar a avaliação de seu governo, considerado ótimo ou bom por 30% dos eleitores, a taxa mais alta desde março de 2021, embora permaneça com elevada rejeição (51%).

São movimentos comedidos, mas dignos de nota, considerando-se que a massa exorbitante de recursos públicos mobilizada pelo governo federal para distribuir benesses no período eleitoral apenas começa a chegar aos destinatários -os primeiros pagamentos de novos auxílios e valores ocorreram nos últimos dias.

O presidente pode ainda colher alguns números favoráveis no terreno da economia, em especial quanto à redução das taxas de **inflação** e desemprego.

Por ora, Lula preserva expressiva vantagem na faixa de renda até dois salários mínimos, de 55% a 23%, e é o preferido entre mulheres, jovens e menos escolarizados.

Já seu oponente cresce u sete pontos percentuais em relação à última pesquisa no segmento que ganha entre dois e cinco mínimos, ultrapassando o petista (41% a 38%), e tem vantagem de 47% a 34% na faixa entre cinco e dez pisos.

Na distribuição regional, Lula é de longe o preferido da região Nordeste (57% a 24%), tem vantagem substancial no Sudeste, maior colégio eleitoral do país (44% a 32%), e está à frente no Sul (43% a 39%). O mandatário surge à frente no Norte (43% a 41%) e no Centro-Oeste (42% a 36%), regiões com peso eleitoral bem mais modesto.

O retrato apresentado pelo Datafolha neste início de campanha revela que o petista continua com chances de vencer no primeiro turno, já que teria, hoje, 51% dos votos válidos. Na hipótese de segundo turno, sairia vitorioso. Faltam contudo mais de 40 dias até a votação.

Resta desejar que a corrida eleitoral deixe de lado aspectos pouco auspiciosos, como a insistência na divulgação de fake news e a exploração apelativa de controvérsias no campo da moral e da religião, e ganhe consistência com o debate de programas de governo e propostas de políticas públicas.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50008>

O equilíbrio essencial à democracia (Artigo)

Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal

Convidado a debater o equilíbrio entre os Poderes no seminário que a Esfera Brasil promove nesta sexta-feira (19), em São Paulo, ao lado do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), lanço uma provocação: qual é o equilíbrio democrático que buscamos neste mundo de profundas mudanças?

Vivemos tempos de disrupção tecnológica e de uso de algoritmos que conduzem multidões para o conflito. Trata-se de desafios ainda não totalmente assimilados pela sociedade e pelas instituições democráticas em particular, mas que têm gerado severa erosão do espaço político e social da democracia liberal.

Às instituições cumpre diagnosticar, com precisão, as razões do desgaste do modelo democrático em todo o mundo. Precisamos refletir sobre o papel do Estado diante de uma cidadania mais consciente de seus direitos e carente de respostas na velocidade própria do mundo digital. É essa mesma cidadania que está sujeita aos perigos da desinformação em massa e das notícias fraudulentas produzidas nas bolhas antidemocráticas.

No Brasil, desde as manifestações de 2013, vivemos uma sucessão de momentos turbulentos. Tendo a Constituição como norte, nossa jovem democracia tem mostrado resiliência institucional. Mas só resiliência não é suficiente. As insurgências contra nossa democracia se sustentam em sentimentos difusos de insatisfação da população em face do Estado e da precária implementação das promessas constitucionais.

Alcançar esse novo equilíbrio requer foco na cidadania. O Estado é provedor de direitos, de segurança e de múltiplos serviços. Com a instantaneidade da era digital, a cidadania exige respostas efetivas e céleres. Os cidadãos e as cidadãs não aceitam mais ficar em compasso de espera. A eficiência do Estado é a chave para o resgate da confiança na democracia, mediante a entrega de melhores serviços.

Como gerar esses resultados em tempos de crispação? O conflito permanente impõe custos pesados à economia e, sobretudo, aos mais pobres e marginalizados pela desigualdade. As urgências da cidadania exigem diálogo propositivo, serenidade e

resolução democrática e pacífica das diferenças.

Nesse caminho, a harmonia e o equilíbrio de forças entre os Poderes são fundamentais. Cabe à política - por meio dos representantes eleitos para o Executivo e o Legislativo- liderar a realização das exigências da cidadania a tempo e modo adequados às exigências sociais.

Na busca pelo equilíbrio, cabe ao Judiciário garantir segurança jurídica e harmonia social. Cabe a ele realizar o direito na vida do cidadão e manter a estabilidade democrática, tendo como guia a Constituição.

O momento é oportuno. Em outubro, cada cidadão projetará nas urnas seus anseios e, assim, participará do ritual de renovação da democracia. As urgências do Brasil exigem propostas, programas e rumos claros. É preciso indicar concretamente à cidadania os caminhos que se pretende percorrer, insultos e gritaria não resolvem os problemas nacionais.

A democracia brasileira já mostrou sua pujança. Foi nela que superamos desafios como os da dívida externa, da alta **inflação**, da indisciplina fiscal na federação e da instabilidade da moeda. Na área social, também há conquistas a celebrar, como nosso sistema público de saúde -cuja importância testemunhamos nesta trágica pandemia- e nossos mecanismos econômicos e sociais de distribuição de renda e de atendimento à população mais vulnerável.

Mas ainda precisamos de soluções para questões concretas e urgentes relativas à educação, à segurança pública, aos regimes tributário e fiscal, à administração pública e à desburocratização. Problemas como as profundas desigualdades sociais e regionais, a pobreza, a marginalização, a situação de risco de crianças e jovens, a violência doméstica e de gênero, dentre outros, são grandes óbices à concretização da cidadania e da justiça social no Brasil.

Como já advertia Hannah Arendt, as soluções totalitárias surgem como uma forte tentação "sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica do homem de um modo digno". Para afastar as sombras do autoritarismo, em democracia e para a preservação da própria democracia, precisamos ser capazes de realizar as promessas sociais da Constituição Cidadã. É assim que vamos alcançar o equilíbrio essencial à democracia: o

equilíbrio social que se constrói com a superação das desigualdades, a partir de uma sociedade mais desenvolvida, justa e igualitária.

[...] Só resiliência não é suficiente. As insurgências contra nossa democracia se sustentam em sentimentos difusos de insatisfação da população em face do Estado e da precária implementação das promessas constitucionais

Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50008>